

A configuração da esfera pública imperial: Imprensa, Elites e Poder

The making of imperial public sphere: press, elites and power

Isadora de Ataíde Fonseca

Universidade Católica Portuguesa,
Centro de Estudos de Comunicação e Cultura
(CECC, FCH-UCP)
iafonseca@ucp.pt
ORCID ID: [0000-0001-9019-9794](https://orcid.org/0000-0001-9019-9794)

Resumo: No âmbito do império colonial português dos séculos XIX e XX, este capítulo revela e discute a Esfera Pública Imperial, a qual teve como estrutura privilegiada a imprensa de metrópole e os jornais publicados nas colónias. A Esfera Pública Imperial constituiu um espaço público de debate, disputa e confronto sobre as dinâmicas sociopolíticas de Portugal, das colónias e do império. As ‘elites imperiais’ e as ‘elites coloniais’ foram as protagonistas na configuração deste espaço público de exercício de poder político e ideológico.

Palavras-chave: esfera pública; império colonial português; imprensa; elites; poder político.

Abstract: *In the scope of Portuguese Colonial Empire of 19th and 20th centuries, this chapter presents and debates the Imperial Public Sphere, which had as main institution the press of Portugal and the newspapers published in colonial territories. The Imperial Public Sphere shaped a public space of discussion, contest and struggle regarding the socio-political challenges of Portugal, its colonies and Portuguese Empire. The ‘imperial elites’ and ‘colonial elites’ were the key protagonists of this public space, where they played political and ideological power.*

Keywords: *Public Sphere; Portuguese Colonial Empire; Press; Elites; Political Power.*

Introdução

No âmbito do império colonial português dos séculos XIX e XX, este capítulo revela e discute a Esfera Pública Imperial, a qual teve como estrutura privilegiada de interacção a imprensa publicada na metrópole, Lisboa, e os títulos editados nas colónias, constituindo um espaço público de debate, disputa e confronto sobre as dinâmicas sociopolíticas de Portugal, das colónias e do império. As ‘elites imperiais’ e as ‘elites coloniais’ foram as protagonistas na configuração deste espaço público de exercício de poder, inclusive ideológico.

Em seu primeiro número (Junho de 1924), Mariano Martins, então Ministro das Colónias, aplaudia o surgimento do *Gazeta das Colónias*, assinalando que o país, “terceiro império colonial”, carecia de uma “publicação periódica que se dedicasse exclusivamente aos assuntos coloniais”.¹ Oliveira Tavares, director do *Gazeta*, destacava no editorial a “propaganda da nossa acção colonizadora” como missão do título. No projecto editorial e político do *Gazeta das Colónias*, e nas destacadas figuras que o promoveram, revela-se a hipótese deste capítulo: ‘o espaço colonial português constituiu uma Esfera Pública Imperial, na qual o diálogo e o conflito estabeleceram-se através da imprensa e do jornalismo da metrópole e das colónias, configurando uma estrutura de exercício de poder político e ideológico’. Tal hipótese articula dois argumentos centrais. Primeiro, enquanto a imprensa foi a estrutura decisiva do debate político no Império, as elites imperiais e coloniais foram as protagonistas desta Esfera

1 Mariano Martins (1880-1943) foi um militar, político e administrador colonial, governador de São Tomé e Príncipe entre 1911-1913. Ministro das Colónias entre 1923-1924, foi também governador da Índia entre 1925-1926.

Pública Imperial. Segundo, se as dimensões militar, política e económica foram essenciais no exercício do poder Imperial na modernidade colonial portuguesa, a imprensa foi uma estrutura e um mecanismo de propagação de tal poder no panorama social, cultural e ideológico.

A hipótese tem como alicerce a teoria da Esfera Pública de Jürgen Habermas (2012 [1962]), e José Augusto dos Santos Alves (2015) e José Tengarrinha (2013) para a história da Opinião Pública, da imprensa e do jornalismo em Portugal. Na perspectiva multidisciplinar das Ciências Sociais, o cenário imperial e colonial é problematizado a partir de Andrew Roberts (1986) e de Valentim Alexandre (1998). Com Michael Mann (1986), recorre-se a história sociopolítica para fundamentar a discussão sobre poder, elites e o Estado-nação. Adoptam-se as conceptualizações de elites dos estudos coloniais e pós-coloniais de Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos (2007). Para se evidenciar esta Esfera Pública Imperial apresenta-se um estudo de caso que articula os debates protagonizados pelo jornal *Gazeta das Colónias* (1924-1926), publicado em Lisboa, e as discussões promovidas pelos jornais dos territórios africanos. Seleccionam-se problemáticas coloniais fulcrais do período, que interrelacionam colónias e metrópole, confirmando este espaço público e de opinião único e partilhado.² O papel das elites imperiais e coloniais destaca-se na emergência, na promoção e na manutenção desta Esfera Pública Imperial. Tais elites, para além de promoverem os seus interesses políticos e económicos, foram decisivas na constituição e na disseminação da ideologia e da cultura imperial.

O estudo organiza-se em quatro secções. Na primeira parte do capítulo contextualiza-se a emergência da esfera e da opinião pública em Portugal e nos territórios coloniais, associando-as às dinâmicas sociopolíticas e ideológicas da época. No segundo momento apresentam-se os temas que dominaram a agenda da Esfera Pública Imperial a partir do *Gazeta das Colónias*. A secção ilustra o diálogo que se estabelece entre a imprensa da metrópole e o jornalismo das colónias, e também entre elites, configurando a Esfera Pública Imperial — aqui discutida através da polémica provocada pelo trabalho forçado em São Tomé e Príncipe. No terceiro ponto, o capítulo retrata as elites enquanto protagonistas desta Esfera Pública Imperial. A disputa e o conflito político e social entre elites imperiais e coloniais evidenciam-se, por exemplo, na crise provocada pelo segundo mandato de Norton de Matos em Angola, retratado pela imprensa local e no *Gazeta das Colónias*. Na quarta parte, apresenta-se o caso da imprensa da Guiné, onde a incipiência das elites coloniais impôs um espaço público localmente limitado e pouco interventivo no cenário do império. A opacidade da esfera pública na Guiné demonstra justo a relevância da esfera pública na estrutura colonial, e por isso

2 Adopta-se neste estudo o ‘dualismo metodológico’, imperativo das Ciências Sociais, no qual a teoria é a guia da hipótese, do método e da análise dos dados empíricos, assim acompanhando-se José Luís Garcia na pretensão científica das Ciências Sociais (Garcia, 2019, pp. 15-40).

contribui para o debate do lugar ‘periférico’ da Guiné na política colonial. Daí que a *Gazeta das Colónias* tenha abordado as demandas deste território, procurando agendar as elites e o público para os seus problemas. Conclui-se o estudo com a hipótese da Esfera Pública Imperial e com o argumento de que a imprensa e o jornalismo são estruturas, instituições e mecanismos de poder político, social e cultural imprescindíveis para as Ciências Sociais explicarem o fenómeno do império colonial português.

1. A Imprensa e o Exercício do Poder

No processo de constituição da Esfera Pública em Portugal, entre 1780 e 1820, uma viragem na cultura política associou-se ao florescimento do espaço público liberal e da sua opinião pública. O historiador José Augusto dos Santos Alves (2015) assinala que a esfera pública se concentrou na imprensa periódica, plataforma central da Opinião Pública e da tomada de poder pelos novos estratos sociais. A emergência do espaço público em Portugal passou por sub-esferas que enquadravam esboços de esferas públicas plebeias, estas enraizadas na mobilização política rural e urbana, contribuindo para uma pluralização do espaço público liberal na fase da sua formação, situada ao lado de uma esfera pública hegemónica. Para o historiador, o processo de fusão das esferas literárias e políticas deram origem ao fenómeno da Opinião e o ‘povo’ tornou-se ‘público’ na vida intelectual e política, bem como actor e protagonista da Opinião Pública.

Após a implantação do Regime Liberal, observou-se um ‘surto jornalístico’, o qual Tengarrinha (2013) considera a afirmação de uma imprensa de opinião, período no qual se fortalece o engajamento entre o movimento periodístico e a vida política. A crítica pública à governação iria então acentuar-se e o papel dos jornais no debate de ideias e na consciência política dos cidadãos foi indispensável nos conflitos entre liberais e absolutistas. Em simultâneo, por volta de 1820, Tengarrinha sublinha três aspectos da revolução na comunicação social: a criação de um espaço público politizado; a preocupação em dirigir a opinião pública e a convergência de meios (manifestos, proclamações, pasquins) na imprensa periódica. No presente estudo demonstra-se que tais processos irão (a partir de 1850, com a emergência da imprensa nas colónias africanas) incluir e envolver os territórios coloniais e a sua opinião pública e assim e constituir uma Esfera Pública Imperial.

Com a independência do Brasil (1822), o império português voltou-se para o continente Africano e no fim da década de 1830 o debate sobre os problemas coloniais ganhou relevo na imprensa portuguesa e contribuiu para a emergência do mito do ‘Eldorado’, a crença na riqueza inabalável das colónias africanas, e da ‘Herança Sagrada’, que via na conservação do território ultramarino um imperativo histórico. A ideologia colonial era propagada pelo conjunto das elites políticas, liberais radicais e conservadores, e buscava responder ao problema

da identidade colectiva de um país que perdera o império, sofria uma crise política e económica e fora destroçado pela guerra civil. As colónias africanas seriam a “tábua de salvação” de Portugal (Alexandre, 1998).

Neste contexto, após a Regeneração, em 1851, reforçaram-se as medidas políticas e económicas que visavam dinamizar as colónias de África. Enquanto os boletins oficiais deram publicidade e unidade ideológica às políticas do Império, a imprensa independente que se seguiu promoveu os interesses das elites coloniais. Em Cabo Verde o boletim foi implementado em 1842 e o primeiro jornal não-oficial, *O Independente*, surgiu em 1877. Em Angola, o boletim começou a ser impresso em 1845, e, em 1866, apareceu a imprensa independente com *A Civilização Portuguesa*.³ Em Moçambique, foi em 1854 que foi impresso o primeiro número do boletim e, em 1877, circulava a imprensa não-oficial, *O Africano*.⁴ Por fim, em São Tomé e Príncipe, saiu em 1857 o boletim oficial e, em 1869, publicava-se *O Equador*, primeiro jornal independente. Na Guiné o boletim oficial surgiu em 1880 e a imprensa independente apenas em 1922. A emergência da imprensa não-oficial dependeu das elites europeias ou luso-africanas nos territórios. Entretanto, foi necessário a tais elites um conjunto de recursos para concretizar a imprensa, entre eles: a existência de tipografias; os meios financeiros para reproduzir os títulos; pessoas com formação e interesse para actuar como jornalistas; e uma elite intelectual interessada nos assuntos públicos conjugada à existência de um espaço público de discussão — em geral, tais espaços foram meios e associações culturais, comerciais, profissionais e nativas.⁵

No princípio do século XX a imprensa e o jornalismo tinham-se afirmado nos territórios africanos como estrutura de informação e discussão, como canal de mobilização das forças políticas e como palco dos conflitos entre os grupos sociais. Tal imprensa tinha como tema privilegiado a situação política de Portugal, na qual se incluíam os assuntos do governo central na metrópole, dos governos das colónias e das administrações locais. Inclusive, era comum que os jornais coloniais tivessem editoriais específicas para os temas metropolitanos, coloniais e locais, para além de notícias e debate sobre a actualidade das outras colónias, em África e na Ásia (Fonseca, 2019).

3 *Aurora* foi o primeiro jornal não-oficial em Angola, contudo, visto seu carácter literário e sua efemeridade, considera-se como marco da imprensa independente *A Civilização Africana*. Sobre a imprensa em Angola ver Júlio C. Lopo, *Jornalismo de Angola, Subsídios para a sua História* (1964).

4 *O Progresso*, em 1868, é o primeiro jornal independente em Moçambique. Contudo, visto ter tido apenas uma edição, considera-se como marco da imprensa independente o jornal *O Africano*. Sobre a imprensa em Moçambique ver Ilídio Rocha, *A Imprensa de Moçambique* (2000).

5 Por exemplo, em Cabo Verde as sociedades culturais precederam e alavancaram o surgimento da imprensa. Sobre a imprensa em Cabo Verde ver João N. de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana* (1998). Em Moçambique, organizações operárias e indígenas foram proprietárias de jornais, ver José Capela, “A imprensa de Moçambique até à Independência” (1996).

Portugal exerceu poder político, económico, social e militar sobre as suas colónias ao longo de todo o século XIX e XX (Newitt, 1981; Cooper, 2005; Jerónimo, 2013). O projecto imperial em si e as questões coloniais foram temas intrínsecos à vida do país, o que se reflectiu nos conteúdos de informação, opinião e na orientação da imprensa, do jornalismo e da Opinião Pública na metrópole. O contexto imperial de Portugal e a situação colonial dos territórios africanos impuseram dinâmicas políticas, sociais e culturais partilhadas, as quais se reflectiram numa Esfera Pública Imperial. A contínua resistência e contestação ao império nos territórios africanos, bem como as permanentes divergências sobre a orientação colonial, também se manifestaram nesta Esfera Pública Imperial. Reflectir sobre o espaço público e a opinião pública, da metrópole e dos territórios coloniais, enquanto uma Esfera Pública Imperial integrada e dialógica é imprescindível para se compreender a imprensa e o jornalismo enquanto estrutura de representação e conflito político no contexto imperial e colonial, bem como para se problematizar a ideologia e a cultura, e a sua representação, no império português nos séculos XIX e XX (Lourenço, 2014; Sanches, 2011; White, 1987).

2. O Poder no Império na Gazeta das Colónias

Notícias e textos de opinião sobre as questões coloniais em geral e sobre cada um dos territórios na África e na Ásia estiveram presentes nos conteúdos editoriais da imprensa portuguesa ao longo do século XIX, sobretudo a partir do *Ultimatum* (1890). Assinala-se que a partir de 1912 o *Jornal do Comércio*, publicado desde 1853, inclui a designação “*e das Colónias*”, e o Diário de Notícias incluía uma *Secção Colonial*. Na sua segunda fase, entre 1920-1926, o *Jornal da Europa* terá o subtítulo “*Portugal, Colónias e Brasil*”. Porém, as questões centrais do problema colonial — no campo da política administrativa, da exploração económica dos territórios, e da gestão dos conflitos com os povos nativos — escasseavam nas páginas na imprensa periódica da metrópole na primeira década do século XX.

A *Gazeta das Colónias: Semanário/Quinzenário de Propaganda e Defesa das Colónias* (1924-1926) foi das primeiras iniciativas de uma imprensa especializada nas problemáticas coloniais do império português.⁶ Jornal de periodicidade anunciada semanal e quinzenal, mas de publicação bastante irregular, editou 41 números, entre 19 de Junho de 1924 e 25 de Novembro de 1926. Propriedade da *Empresa de Publicidade Colonial*, variou as dimensões entre as 32 e as 24 páginas. A apresentação dos conteúdos obedecia a um critério de organização por território colonial ou à arrumação por secções temáticas (Desporto, Arte,

6 Assinala-se que de iniciativa pública, apenas em 1925 a Agência Geral das Colónias publica o Boletim da Agência Geral das Colónias, o qual, com diferentes títulos, será publicado até 1974.

Noticiário, Estrangeiro). Destaca-se a inclusão de imagens na publicação, com destaque para as obras estruturais nas colónias e para representações dos povos nativos. A publicidade ocupou um espaço importante no título e associou-se aos interesses económicos da metrópole nas colónias.

A *Gazeta* teve como directores os majores Oliveira Tavares, o militar António Leite de Magalhães (governador da Guiné entre 1927-1931) e José Veloso de Castro. Foram seus editores Maximino Abranches e Joaquim Araújo — resumindo-se a este núcleo a sua estrutura editorial. Os colaboradores do periódico revelam uma elite de militares, políticos, funcionários públicos, intelectuais e estudiosos de África com experiência no terreno, preocupada com as questões coloniais e ávida de intervenção nos rumos do projecto imperial português.

Andrew Roberts (1986) assinala que os objectivos e métodos do empreendimento colonial estavam em discussão entre as ‘mentes imperiais’ do princípio do século XX. Como governar África?, como devem os governos metropolitanos intervir?, e, qual o papel dos africanos? estão entre as perguntas feitas pelo historiador que marcaram a agenda editorial e jornalística do *Gazeta das Colónias*. Roberts sublinha que as elites (políticas, económicas, militares) foram protagonistas das respostas aos problemas elencados, destacando o papel das instituições nos territórios coloniais e os conflitos que se criaram entre metrópole e colónias em resultado dos ‘custos’ do empreendimento colonial. Nesta óptica, a análise dos conteúdos do *Gazeta das Colónias* traz ao cimo justo as divergências entre as elites imperiais e coloniais e o relevo da imprensa (da metrópole e das colónias) enquanto instituição na qual converge a conflitualidade do projecto colonial português.

No seu número de estreia, de 19 de Junho de 1924, um texto do então ministro das colónias, Mariano Martins, assinalava que “não existia uma publicação periódica que se dedicasse exclusivamente ao estudo dos assuntos coloniais”. No editorial, o jornal assumia que “Essa propaganda da nossa acção colonizadora, é uma das missões que se impõe a si própria a *Gazeta das Colónias*”. O jornal reconhecia os inúmeros problemas coloniais, e assumia que “Promover o seu estudo, a sua discussão calma e unicamente norteada pelos interesses nacionais” era a razão da sua existência. Já nesta edição o jornal anunciava que tinha jornalistas e agências em Angola e Moçambique, e inclusive no interior destas províncias, o que denota a sua articulação enquanto empresa de comunicação e com a imprensa das colónias. No nº 3, de 17 de Julho, o jornal assinala a boa recepção, manifestada sobretudo pelos comentários na imprensa da metrópole e das colónias. Entre os anunciantes do jornal, e a confirmar a sua relação com o poder político e económico da nação e das colónias, figuravam o Banco Nacional Ultramarino, a Sociedade Angola e Congo, a Sá Leitão & Companhia, Importação e Exportação e a Companhia de Moçambique.

2.1. A Gestão do Império

Uma diversidade de temas transversais à situação colonial marcou presença nas páginas do *Gazeta das Colónias*, sobretudo nos textos editoriais que antecederiam às secções dedicadas a cada uma das províncias. Nos editoriais privilegiaram-se os temas relativos à gestão do império, entre eles: autonomia *versus* centralização política; o funcionalismo colonial; os aspectos financeiros e económicos; a questão religiosa; o problema do trabalho e das políticas ‘indígenas’ e da imagem internacional do império.

O nº 6 (Agosto de 1924), abordava a *Administração Colonial Perigosa* e discutia a legislação descentralizadora da Primeira República, a qual seguira o modelo britânico, instituíra os altos-comissários e dera autonomia financeira aos territórios. Para o autor, Ernesto de Vasconcelos, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e professor na Escola Colonial, o defeito dos decretos de 1920 e 1923 foi não ter atendido às especificidades dos territórios, permitindo que Angola — “com três tipos de colonização (...) comercial, plantação e população — e Macau — de ‘comércio china e funcionários’ — fossem administradas do mesmo modo”.⁷

Os conflitos entre governo central e funcionários coloniais foram contínuos no império português e povoaram a imprensa das colónias e da metrópole, revelando a disputa entre elites na ocupação dos cargos executivos da administração colonial. Em seu nº 10 (Outubro de 1924) o *Gazeta* demandava os vencimentos em atraso dos funcionários e apontava que “é mister escolher os homens para os lugares e não os lugares para os homens”, insistindo que “as nomeações se façam livremente, sem quaisquer pressões da política partidária e subordinadas exclusivamente ao valor dos homens e às qualidades que possuam para o desempenho dos cargos”. O artigo incluía denúncias oriundas de Nova Goa, referindo funcionários civis em “situação de miséria”. Associada à questão, no editorial *Ensino Colonial*, argumentava-se que os cursos da Escola Colonial “deveriam constituir a base da organização dum quadro de funcionalismo ultramarino de carreira” (nº 12, Outubro de 1924). No entanto, criticava-se que não era respeitada “a preferência [dos alunos da Escola Colonial] no provimento em cargos coloniais”.

Promover a propaganda colonial “rompendo com esta deplorável indiferença a que, entre nós, tem sido votada as causas coloniais” foi tópico privilegiado da agenda do *Gazeta das Colónias* e tema do editorial do nº 14, no qual se anunciava uma série de conferências públicas. Foi através desta ‘propaganda’ do império que se difundiu a ideologia política e cultural do colonialismo, na qual se sublinham a ‘missão civilizadora’, a dimensão económica e produtiva e a questão religiosa. Figura de destaque entre as elites imperiais, Brito Camacho proferiu a primeira palestra, publicada nos números 19 e 20 do jornal. O político defendeu

⁷ Ernesto de Vasconcelos (1852-1930) foi militar, engenheiro e geógrafo. Participou de várias campanhas cartográficas em África e no Timor. Foi secretário geral e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

como urgente “um sistema de política colonial, compreendendo as relações entre a Metrópole e as Colónias e a administração de cada Colónia, que seria absurdo tornar uniforme” (nº 19, Fevereiro de 1925). Brito Camacho sustentava então “um sistema de direitos e obrigações, tendo por base um interesse comum”. Para introduzir a questão racial no contexto do império, o antigo alto-comissário de Moçambique assinalava como dever da metrópole, preparar as colónias para a sua emancipação. No entanto, perguntava: “o princípio basilar da emancipação será verdadeiro em relação às colónias com gente selvagem, como Moçambique e Angola?”. A conferência foi publicada na íntegra e incluiu polémicas como o funcionalismo e as missões religiosas, pedindo continuidade na acção governativa (e nos dirigentes políticos) do Terreiro do Paço e das províncias (nº 20, Março de 1925).

Em que pese o carácter laico da Primeira República e a decisão de encerrar as missões católicas, as “Questões Religiosas” preocupavam o corpo editorial do *Gazeta*, que escolheu o tema para o editorial do nº 16. O artigo defendia o papel das missões “na nossa obra de colonização”, recorrendo inclusive ao debate durante o 2º Congresso Colonial, e reclamava que o assunto fosse “encarado oficialmente, furtando-o à influência de crenças e preconceitos, para só subordinar o seu estudo e a sua resolução aos interesses do país e às exigências da nossa condição de nação colonizadora”.

A *Autonomia das Colónias* foi tema de destaque no nº 24 do *Gazeta* (Agosto de 1925), em artigo assinado pelo Tenente-Coronel A. Galvão. O texto avaliava que as colónias, “acabrunhadas desde o começo pela acção asfíxiante do Terreiro do Paço”, tinham ganho liberdade com o estatuto da autonomia, o que teria provocado “desmandos” nos seus governos locais. Em crítica pró-descentralização, o texto requeria o reforço da autonomia, nomeadamente através da eleição local dos governadores, da plenitude de poderes conferida aos altos-comissários e da criação de comissariados de fiscalização. A tese da “liberdade e dos direitos a conceder às colónias” condicionadas à fiscalização, seria defendida e desenvolvida pelo autor e pelo jornal (nº 30 e 33).

Em véspera da 6ª Assembleia da Sociedade das Nações, o director do *Gazeta* intitulava o editorial como “A Farsa da Escravatura” (nº 25, Setembro de 1925). Num artigo de cinco páginas, Leite Magalhães respondia aos “insignes farsantes americanos” que acusavam Portugal: trabalho obrigatório, trabalho gratuito, ausência de justiça e falta de assistência. Na conclusão do artigo o militar apelava à nação “ó povo de Portugal, já que ninguém te arma os braços para defenderes o último haver que te ficou, ergue a tua cabeça e cospe nos traficantes indignos que te anavalham a honra para que lhes seja consentido o roubo da Fazenda”.

Fortes ataques ao governo metropolitano e ao Partido Republicano eram proferidos no editorial do nº 29 do *Gazeta* (Novembro de 1925). Sob o título *A Semana das Colónias* (realizada no âmbito do 50º aniversário da Sociedade de Geografia), criticava-se “o maior dos partidos da República, detentor do poder desde a primeira câmara constituinte, nem mesmo julgou necessário que do novo Parlamento fizessem parte coloniais de coração e de

saber, preferindo a ‘claque’ servil dos aplausos à presença, talvez incómoda, dos técnicos”. A “crise aguda” de Angola, a “desvalorização da nota” em Moçambique, um “governador rebelde” na Índia e uma “administração inconcebível” em Timor ilustravam as críticas de uma elite imperial, militar e política, que clamava por mudanças nas políticas coloniais. O texto é revelador do peso da questão colonial no fim da Primeira República, bem como do papel desempenhado pelos militares no golpe de 28 de Maio em 1926 e na legitimação do Estado Novo.⁸

“O Problema do Crédito das Colónias” era tratado no editorial do nº 33. Leite Magalhães reconhecia os “erros” do Banco Nacional Ultramarino e assinalava como as principais dificuldades das colónias a restrição dos créditos e das transferências e o crédito agrícola. No nº 23, de Maio de 1925, João Ulrich (governador do BNU) tinha publicado um longo texto a responder às acusações ao Banco e à sua responsabilidade na crise financeira de Angola. No seu artigo, Leite de Magalhães partilhava de soluções propostas pelo BNU, sugerido o “robustecimento do Banco Emissor” e a “liberdade bancária”. Revelando a sintonia entre as elites imperiais, o director da Gazeta parafraseava Vicente Ferreira, assinalando que: “quaisquer que sejam os erros e deficiências mais ou menos justamente atribuídos ao Banco Nacional Ultramarino, é de elementar justiça conceder-lhe, a seu ‘activo’, uma larga soma de serviços prestados às colónias portuguesas”.

2.2. O Trabalho no Império

O problema da “falta de braços” para as roças de cacau de São Tomé e Príncipe — reclamadas pelos proprietários de terras e denunciada como continuidade do trabalho ‘escravo’ (na forma de trabalhadores “contratados” noutras colónias) — afligia o Governo e a administração do arquipélago, sendo um embaraço para o império Português desde as denúncias internacionais dos relatórios de John H. Harris (1913) e de Edward Ross (1925).⁹

A farta discussão do tema no *Gazeta das Colónias* e nos jornais de São Tomé e Príncipe demonstra os conflitos que a questão do cacau provocou entre proprietários de terra, governo e grupos nativos, fragilizando o império. De facto, este tema é exemplar da emergência da Esfera Pública Imperial. Este espaço público estruturou-se no diálogo, debate e conflito promovido pela imprensa e pela actividade jornalística, o qual envolveu o conjunto dos territórios coloniais e metropolitano. No império português, a Esfera Pública Imperial agregou os actores políticos (Governos e instituições metropolitanas e das colónias), o tecido económico

⁸ Sobre a Primeira república, ver, por exemplo, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (2009).

⁹ Sobre a relação entre império, ciência e trabalho e o problema do cacau em São Tomé e Príncipe sugere-se o estudo de Marta Macedo (2013), “Império do Cacau: ciência agrícola e regimes de trabalho em São Tomé e Príncipe no início do século XX”.

(proprietários de terras, empresários, instituições financeiras), e a sociedade civil (partidos, organizações de trabalhadores e associações nativas).

“Os males da Província”, texto assinado por Egydio Inso (Chefe dos Serviços de Agricultura da colónia), no nº 1 da *Gazeta das Colónias*, em 19 de Junho de 1924, abordava a situação do trabalho nas plantações do arquipélago. O artigo fazia um histórico desde a abolição do escravagismo sobre as medidas de “saneamento” promovidas pelo governo, central e local, e procurava demonstrar as boas condições dos serviçais nas roças de STP. “Que venham os braços, um mínimo de dois por hectare de cultura. Um mínimo de três anos de permanência nas Ilhas. Menos tempo é reduzir o período de trabalho ao da aprendizagem. Há que ensiná-los, adestrá-los primeiro”, clamava o autor. Note-se que Egydio Inso tinha sido o fundador e editor de *O Jornal*, publicado em STP entre 1922-23, periódico associado aos europeus proprietários de terras e ao poder político e económico do arquipélago.

“São Tomé e Príncipe, o Sudário das suas Necessidades”, era o artigo publicado sobre as Ilhas no nº 3 da *Gazeta das Colónias*. Assinado por Serra e Moura, senador representante das Ilhas que tinha sido director do jornal *O Modesto* (STP, 1920-1923), o texto apontava que a produção de cacau se tinha reduzido para um terço em relação ao ano de 1920, o que se devia à “escassez de trabalhadores”. Com a intenção de pressionar o governo, o artigo lembrava a promessa do ministro Mariano Martins: “o actual titular da pasta das colónias, honrando o seu passado colonial distinto, que pelas nossas colónias tem o maior carinho, dará dentro em breve, como aliás me prometeu há dias ao reconhecer a justiça da minha reclamação, uma satisfatória solução a este importante assunto”.

Entretanto, saía no arquipélago desde 1923 *A Colónia*, *hebdomadário republicano*, tendo desde Junho de 1924 Ferreira da Cruz como director — político exonerado como administrador do concelho de São Tomé e que exercia funções como advogado e notário. Para o jornal, a situação dos serviçais era privilegiada, como sublinhava o nº 1, de Setembro de 1923: “Aqui o trabalhador indígena tem boa casa que a lei lhe manda dar, tem sadia e própria alimentação prescrita também na lei e ali perto onde trabalha tem o hospital”. *A Colónia* foi um canal de suporte dos governos e das políticas locais. No nº 3, de Fevereiro de 1924, um artigo enaltecia as qualidades do governador Eugénio Soares Branco como “garantia” de que os problemas da colónia seriam resolvidos.

Outro segmento da imprensa em STP nesta altura é o dos jornais ligados aos europeus comerciantes de média dimensão e empregados, a exemplo do semanário *A Desafronta*, dirigido pelo europeu Galino Marques. No nº 5, em Março de 1924, o artigo principal abordava o défice e os impostos em STP e relacionava-os aos problemas da cidade: caminho-de-ferro, estradas, saneamento. Um dos colaboradores do semanário assinava como Juvenal e escrevia sobre os problemas dos africanos. No nº 14, em Maio de 1924, argumentava que a solução para o problema da mão-de-obra era “as grandes sociedades, detentoras da terra que não podem tratar por falta de braços, entregassem a mesma, dividida em pequenas glebas e mediante renda justa, aos nativos, aos serviçais”.

Em São Tomé também se publicavam jornais defensores dos interesses dos africanos e dos grupos nativos, que reclamavam a igualdade de direitos entre europeus e africanos e a independência de São Tomé. Contemporâneo da *Gazeta das Colónias* foi *O Combate* (1925), polémico e efémero. Propriedade do comerciante João Carragoso e tendo como redactor principal o nativo Augusto Gamboa, *O Combate, Jornal semanal defensor dos interesses públicos da província, dos oprimidos, sem distinção de cor, raça ou hierarquia*, durou apenas seis edições. Gamboa era nativo, defensor dos interesses africanos e crítico mordaz da administração da colónia, o que levou a suspensão do título pelo governador Eugénio Soares Branco, em Abril de 1925. «O Combate, nasce para a luta; luta sem tréguas nem quartel contra o despotismo, contra a tirania [...] Defenderemos apenas a razão, o direito e a justiça segundo as nossas forças», apresentava-se o jornal no nº 1, em Março de 1925. No seu nº 2, de Março de 1925, o jornal defendeu que “o recrutamento tem de ser feito por agentes de governo, para evitar que continuem as queixas dos negros”.

Como se vê, o conflito sobre a mão-de-obra foi um tema central nas dinâmicas do império no período e dominou a discussão no espaço público de São Tomé e Príncipe e do Império. O jornal *Gazeta das Colónias* contribuiu para a ampliação do debate na metrópole e nos demais espaços coloniais nos quais circulava. O caso é ilustrativo da existência de uma Esfera Pública Imperial, a qual se configura nos jornais de STP e da metrópole e no diálogo que se estabelece entre eles.

3. Conflitos e Disputas entre Elites

O *Gazeta das Colónias* foi um jornal das elites imperiais e coloniais, ávidas por intervir no processo político. A lista de colaboradores do jornal, publicada em todos os números do periódico, assume que a “larga colaboração” visa “originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais” (nº 1, 19 de Julho de 1924). Alfredo Augusto Freire de Andrade, engenheiro e político; Armando Cortesão, historiador e administrador colonial; Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, governador de Macau; o general José Augusto Alves Roçadas; o goês Luiz de Menezes de Bragança, intelectual e político; Brito Camacho, médico e político, são alguns dos nomes que se destacam na longa relação de políticos, militares, intelectuais e empresários que escreveram para o jornal.

Ilustrativo do poder das elites imperiais e coloniais exercido através da esfera pública e do *Gazeta* foi a partida do Major Oliveira Tavares da direcção do jornal: “arreatado pela Companhia de Moçambique”, “escolha acertada”, vista a sua “dedicação inquebrantável” e a sua “inteligência de eleição”, assinalada pelo novo director, Major A. Leite de Magalhães, militar e colonial, colaborador do jornal desde o seu lançamento (nº 21, Abril de 1925). A relevância da imprensa como estrutura decisiva da Esfera Pública Imperial, e como espaço crucial

para a intervenção no processo político, reafirma-se na transferência de Leite de Magalhães para o governo de Angola no segundo semestre de 1926. Vicente Ferreira, escolhido como alto-comissário de Angola, fez de Leite Magalhães seu secretário do interior. José Veloso de Castro, assumiu então a direcção do *Gazeta* e agradeceu ao Major Leite de Magalhães, no editorial do nº 37 (Setembro de 1926), assinalando as missões que este já tinha cumprido na Ásia e em África, e sublinhando os seus “trabalhos importantes sobre geografia e demografia, colonização e produção, sobre administração e finanças”.

O conceito de elites ‘imperiais’ e ‘coloniais’ aqui aplicado segue a perspectiva de Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos (2007), no qual as ‘elites imperiais’ eram aquelas que circulavam pelo espaço do império a exercer funções políticas, económicas ou culturais. Já as ‘elites coloniais’, eram compostas pelos grupos fixados nos territórios do império, no qual tinham interesses e exerciam poder. Nesta linha, associa-se o *Gazeta das Colónias* às elites imperiais e os jornais dos territórios às elites coloniais. Argumenta-se que as elites imperiais e coloniais, conscientes da sua condição e poder, fizeram representar-se através da imprensa e disputaram o projecto imperial pela via jornalística. Através desta Esfera Pública Imperial propagaram a sua ideologia, defenderam os seus múltiplos (e por vezes divergentes) interesses políticos e económicos, articularam as suas ambições pessoais e disseminaram as suas práticas culturais. Tais elites interagiram e polemizaram entre si; promoveram, questionaram e combateram a ideologia e as práticas metropolitanas, e protagonizaram a sua própria agenda de interesses. Ao constituírem e materializarem uma Esfera Pública Imperial, tais elites demonstram uma compreensão do império enquanto uma unidade formada por “continuum de estruturas locais”, e assim desempenharam um papel de “dispositivo ideológico” (Xavier e Santos, 2007).

Norton de Matos já tinha resignado da sua posição de alto-comissário de Angola quando saiu o nº 1 do *Gazeta das Colónias*. Oliveira Tavares, seu director, assinalava que a sua demissão representaria para alguns “um protesto contra a injusta apreciação da sua acção administrativa; para outros ela constituirá o reconhecimento da ineficácia e porventura dos erros dessa acção”. Se o jornal polemizava a fórmula administrativa dos alto-comissários, o seu director defendia que “se deve estabelecer um programa de governo, com a colaboração das entidades que mais intimamente conhecem a vida de Angola... [e] podem contribuir para a resolução da crise que ameaça a vida da colónia”.

Na dinâmica imprensa de Angola, os mandatos de Norton de Matos tinham sido alvo de polémicas constantes. *A Província* (1914-1919, Luanda), em Março de 1915, quando do fim do primeiro mandato de Norton de Matos, assinalava que “fomos dos poucos que mantiveram reservas à sua administração, comentando desfavoravelmente [...] actos que julgávamos contrários aos bons princípios da justiça e às leis fundamentais das regalias de um povo livre”.

Com poderes reforçados no seu segundo mandato, entre 1921-24, Norton de Matos controlava as forças militares, tinha autonomia financeira e iniciou um vasto programa de

obras públicas. O alto-comissário publicou diplomas relativos à educação, à saúde, à posse de terra e à exploração dos recursos naturais. Entretanto, as suas políticas económicas não conseguiram impulsionar o mercado interno nem evitar a concorrência dos produtos estrangeiros, que tinham a metrópole como mercado privilegiado. No campo financeiro, o governo de Norton de Matos contribuiu para a crise na circulação fiduciária e para a desvalorização do escudo angolano. Tais problemas deveram-se ao empréstimo interno negociado com o BNU, pois, com a desvalorização do escudo e o fim da paridade entre as moedas da colónia e da metrópole, criaram-se dificuldades nas transferências. A crise foi económica e política, com Norton de Matos a sofrer oposição dos colonos em Angola e do parlamento em Lisboa. O alto-comissário tentou superar a crise com um empréstimo da Companhia dos Diamantes, este foi discutido e aprovado pelo Parlamento, sem debate no Conselho Legislativo da colónia. A decisão do poder central foi considerada uma interferência na governação de Angola em relação às leis orgânicas, e a crise esteve na origem do abandono do governo de Angola por Norton de Matos (Proença, 2009).

Também foi no princípio do segundo mandato de Norton de Matos que se reforçou à repressão política, destinada sobretudo as esmagar às críticas ao seu programa de governo. Os imigrantes estrangeiros, os missionários protestantes, as associações africanas e os funcionários públicos estiveram entre os alvos do alto-comissário. Para reduzir a oposição e o conflito na colónia, entre 1921-22 Norton de Matos reprimiu estes grupos e baniu várias associações, entre elas a Associação dos Funcionários Público, em 1921, e a Liga Angolana, em 1922.

Porém, as elites coloniais da província suportavam o alto-comissário. O *Jornal do Comércio — Pró-Pátria — Pró-Angola* assinalava em Março de 1921, nº 51, que o governo Norton de Matos “tem tido uma óptima gestão”. Em Julho de 1922 o jornal saiu em sua defesa, argumentando que “Angola está emancipada, financeira e administrativamente, da tutela do Terreiro do Paço. Tem quem precisa e o que precisa”.

A forte imprensa do interior de Angola também intervinha no debate político colonial. Entre 1922-24 circulava em Benguela *O Distrito de Benguela*, dirigido por Adolfo Pina. Embora fosse crítico do governo metropolitano, o semanário apoiava os governos de Angola e do distrito. O nº 9, de Março de 1922, elogiava Norton de Matos, que “não tem descurado as bases principais do sistema monetário que mais convém às necessidades e à vida económica da colónia”.

Em Agosto de 1923, quando do seu editorial de lançamento, *A Província de Angola*, Luanda, assumia “toda a colaboração ao programa realizador e de reformas do Alto-Comissário, sem que abduquemos do direito de fiscalização e crítica honesta”. As preocupações centrais do bissemanário, nesta fase, estiveram vinculadas à autonomia política da colónia, ao problema da mão-de-obra indígena, à colonização e às infra-estruturas.

Já em 1924, em plena crise económica e sem governador colonial, a imprensa de Angola atacava o Terreiro do Paço e o *Jornal de Benguela* (Julho de 1924 Ano XIII, nº 30) perguntava: “Francamente: há algum país colonial que viva num regime desta natureza com

as suas colónias? Se isto assim continuar, a colónia está perdida, e Portugal não pode viver sem as colónias”.

No nº 2 do *Gazeta das Colónias*, Cunha Leal denunciava a situação de falência económica e financeira da colónia, sublinhando que “Norton de Matos passou sobre Angola como um furação devastador. Agora, que a sua liquidação é definitiva e a consciência pública o condenou, sem remissão, contemplemos, desoladamente as ruínas que esse megalômano deixou atrás de si”. Em seu nº 4 (24 de Julho de 1924) no artigo *A Política e as Colónias* questionava-se “porque se há de continuar no perigoso sistema de conservar o Público na ignorância da verdadeira situação de Angola?”. Defendendo-se que “A bem da vida da colónia, dos interesses de centenas de portugueses e do nosso próprio decoro, o problema de Angola tem de ser enfrentado, com decisão e com energia, pelo Governo da metrópole”. O fim dos altos-comissários foi defendido por Ernesto de Vasconcelos no nº 6 do *Gazeta das Colónias*, em 7 de Agosto de 1924: “estarem os governadores, gerindo interinamente as duas grandes colónias, entrando no bom caminho, suprimindo despesas supérfluas e simplificando serviços. Quer dizer, estão tentando dar às duas colónias a administração que elas comportam. Para que, então, os Altos Comissariados?”. Nomeado Rego Chaves para Alto Comissário de Angola, o *Gazeta das Colónias* saudava a escolha pelo governo da metrópole e publicava um caderno de encargos: suster o “descalabro” financeiro e económico; regulamentar o trabalho indígena; regulamentar as concessões de terra; problemas da agricultura; e organização militar.

A crise de Angola durante o segundo mandato de Norton de Matos é reveladora dos conflitos políticos entre elites imperiais e elites coloniais, bem como dos confrontos a respeito do projecto colonial, das suas directrizes e da sua gestão. A imprensa, das colónias e da metrópole, foi o espaço privilegiado para o conflito e a disputa pelo poder, constituindo o epicentro de uma Esfera Pública Imperial possível no contexto da democracia liberal, ainda que em crise, da Primeira República (Teixeira, 2014).

4. Guiné, a (ir)Relevância da Esfera Pública

A relevância da esfera pública nas dinâmicas coloniais e imperiais é reforçada pelo caso da Guiné, caracterizada neste período por um espaço restrito e limitado de debate. A incipiência da imprensa e do jornalismo na Guiné enquanto estrutura sociopolítica que constitui a esfera pública e medeia o debate é crucial para explicar o lugar periférico da colónia no império português. Noutra vertente, o caso explica o domínio das elites imperiais, em detrimento das locais, no exercício do poder na colónia. Neste capítulo, o caso da Guiné desponta também como contraponto reflexivo, de modo a se salientar o poder da Esfera Pública Imperial na disseminação da ideologia e das políticas do império, bem como da disputa pelo seu poder.

O nº 1 da *Gazeta das Colónias* constatava a percepção geral sobre a colónia: “Tanto na massa anónima da população metropolitana, como, o que é muito pior, na grande maioria dos homens de Estado, banqueiros e agricultores, se assentou que a Guiné é uma colónia insalubre, rebelde, improgressiva” (Carlos Pereira no artigo ‘*Guiné, é preciso fazer a propaganda da colónia*’).

Dependentes do governo de Cabo Verde até 1880, as instituições da administração pública tardaram na Guiné e a sua implementação coincidiu com a decadência das elites luso-africanas, seguindo-se o predomínio dos investimentos estrangeiros nas explorações agrícolas e comerciais (Silva, 2010). Neste panorama, as elites imperiais e coloniais na Guiné estavam enfraquecidas económica e politicamente, o que dificultou a emergência uma esfera pública local que defendesse os interesses coloniais e promovesse a Guiné no império. Daí que ao longo da Monarquia, o *Boletim Oficial* foi o único meio de informação na Guiné e exerceu sobretudo o papel de colaboração para com o governo local e metropolitano. Apenas em 1920 surgiu o primeiro jornal independente na colónia, *O Ecos da Guiné, Quinzenário Independente Defensor dos Interesses da Província*. O jornal foi uma iniciativa de funcionários públicos europeus e era reproduzido na tipografia do Estado, porém, não resistiu ao primeiro trimestre daquele ano. Em 1922 saiu *A Voz da Guiné, Quinzenário Republicano Independente*. O jornal tinha como editor Rui Carrington S. da Costa e como redactor principal José Lourenço da Conceição Leitão, presidente da comissão municipal de Bolama, também foi reproduzido na Imprensa Nacional e não sobreviveu ao seu primeiro ano.

Em Agosto de 1924 (nº 6), o *Gazeta das Colónias* assinalava que a “normalidade” na Guiné tinha sido reestabelecida após mais uma “rebelião indígena”, o que se devia ao governador Velez Carço e ao seu “regime de administração perfeitamente equilibrado, baseado no conhecimento da colónia, no respeito dos direitos e dos deveres e numa grande vontade de bem servir”. Para além da dimensão política, o jornal estava sintonizado aos interesses económicos da colónia e considerava “indispensável” a carreira marítima regular entre a metrópole e a Guiné. O transporte foi um dos temas centrais do *Pró-Guiné, Órgão do Partido Republicano Democrático*, saiu em 17 de Agosto de 1924, em Bissau. O jornal teve como proprietário, editor e redactor principal Francisco da Veiga. Reproduzido na Imprensa Nacional, propunha-se a quinzenário, porém editou apenas quatro números. O nº 01 assinalava o objectivo do jornal, “defender os interesses da pátria e da república”, e elogiava o governador da colónia, Velez Carço, “um homem honesto, digno e pundonoroso”. Inclusive, sublinha-se a sintonia entre os títulos, visto que a *Gazeta* publicou artigos do *Pró-Guiné* (nº 12, Outubro de 1924), e que este elogiou os contributos de Armando Cortesão e de Carlos Pereira quando escreveram sobre a colónia.

Sem uma imprensa que protagonizasse o debate público e apresentasse as demandas da Guiné ao Terreiro do Paço, coube a *Gazeta* contribuir para manter a colónia na agenda política da esfera pública do império. Por exemplo, em Dezembro de 1924 (nº 16), o engenheiro

Xavier da Fonseca reclamava da “instabilidade dos governadores coloniais” e do seu impacto na exploração económica da província, argumentando que no fomento da agricultura e da indústria de extracção vegetal e mineral residia o progresso da Guiné. Ao longo de 1925 e 1926, seriam publicados diversos artigos a abordar as especificidades da colónia.

Conclusões

A Esfera e a Opinião Pública impuseram-se e consolidaram-se em Portugal na primeira metade do século XIX e tiveram a imprensa como estrutura, instituição e mecanismo decisivo, como demonstraram Alves (2015) e Tengarrinha (2013). Com a emergência do espaço público e do jornalismo nas colónias portuguesas de Ásia e África, emergiu uma Esfera Pública Imperial, constituída dos debates, conflitos e disputas entre as forças sociopolíticas. Os títulos publicados nos territórios coloniais e os jornais impressos em Portugal foram as estruturas privilegiadas de diálogo nesta Esfera Pública Imperial. As elites imperiais e coloniais foram as protagonistas desta Esfera Pública Imperial.

As funções políticas de mediação e amplificação do debate público, o processo de integração do Estado e da Sociedade, a negociação de compromissos e o equilíbrio do poder estão entre os papéis destacados na teoria da esfera pública (Habermas, 2012 [1962]) e que foram desempenhados por esta Esfera Pública Imperial. Salienta-se que o contexto liberal da Primeira República foi decisivo para “uma esfera pública que desempenha funções políticas, segundo a qual o público deve pôr em movimento, através destas mesmas organizações que o mediatizam, um processo crítico de comunicação pública” (Habermas, 2012, 383).

As forças económicas, políticas, militares e ideológicas — as quatro fontes de poder social identificadas por Michael Mann — foram as protagonistas da discussão e do confronto nesta Esfera Pública Imperial. No processo de ascensão de um poder civilizacional Europeu a partir de 1890, com múltiplas forças e actores, a constituição de uma Esfera Pública Imperial é central no processo político e caracteriza o conflito no interior dos impérios e entre impérios. No império português, como o estudo ilustra através dos debates da imprensa, tal Esfera Pública reflectiu as dinâmicas de luta do seu tempo:

Each empire erected fences around itself and intermittently fought against the others. Imperial tariffs restricted transnational trade, natives fought for ‘their own’ mother country, often against their own neighbors. Colonies erected state boundaries where none had previously existed, and native colonial elites spoke and wrote in the language of the mother country (Michael Mann, 2012, 457).

Também as elites coloniais e imperiais — para além das elites nativas, e aqui seguindo o argumento de Benedict Anderson (2006 [1983]) — apropriaram-se da imprensa, constituindo

uma Esfera Pública Imperial que serviu para confabular a ideologia do presente colonial e para desenvolver o imaginário futuro do império português. E, nesta perspectiva, é relevante destacar o papel da imprensa e do jornalismo na propaganda do império e da sua ideologia política e cultural, como constatado por John M. Mackenzie (1986, 1986a). E, assim, torna-se imprescindível aprofundar as dimensões culturais e ideológicas desta Esfera Pública Imperial na investigação futura desta hipótese, visto “This capacity of an imperial nationalism to create semblance of unity across class and party lines becomes more easily comprehensible when set in its wider cultural context” (Mackenzie, 1989, 4).

Delineada a hipótese de uma Esfera Pública Imperial, tal proposição implica o desenvolvimento de duas vertentes na sua continuidade: 1) o refinar da discussão teórica, na perspectiva multidisciplinar das Ciências Sociais; e 2) o ampliar da investigação empírica, engajando uma diversidade de casos de estudo da esfera pública e da imprensa colonial portuguesa.

Recordando Frederick Cooper (2005), se os impérios são sistemas espaciais que enfatizam diferença e hierarquia e constituem unidades políticas com discursos morais, é imperativo que nos seus debates sobre o império colonial português as Ciências Sociais incluam a Esfera e a Opinião Pública, bem como o jornalismo e a imprensa, enquanto dimensões estruturais de análise e de explicação.

Referências bibliográficas

- Alexandre, V. (1998). Ruptura e Estruturação de um Novo Império. In F. Bethencourt e K. Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa (Vol. IV, Do Brasil para África, 1808-1930)* (pp. 10-87). Círculo dos Leitores.
- Anderson, B. (2006 [1983]). *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso.
- Alves, J. A. dos S. (2015). *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. MediaXXI.
- Capela, J. (2010). A imprensa de Moçambique até à independência, 1854-1974. In J. Capela (Org.), *Moçambique pela sua História* (pp. 149-171). Edições Húmus.
- Cooper, F. (2005). *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. University of California Press.
- Fonseca, I. de A. (2019). *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Edições 70.
- Garcia, J. L. (2019). Em Louvor da Teoria. In J. L. Garcia e H. Martins (Eds.), *Lições de Sociologia Clássica* (pp. 15-40). Edições 70.
- Habermas, J. (2012 [1962]). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jerónimo, M. B. (2013). *O Império Colonial em Questão — Poderes, Saberes e Instituições (Sécs. XIX-XX)*. Edições 70.
- Lopo, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Centro de Informação de Turismo de Angola.
- Lourenço, E. (2014). *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Gradiva.
- Macedo, M. (2013). Império do Cacau: ciência agrícola e regimes de trabalho em São Tomé e Príncipe no início do século XX. In M. B. Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão — Poderes, Saberes e Instituições*. Edições 70.
- Mackenzie, J. M. (1986a). *Imperialism and Popular Culture*. Manchester University Press.
- Mackenzie, J. M. (1986). *Propaganda and Empire: The Manipulation of British Public Opinion, 1880-1960*. Manchester University Press.
- Mann, M. (2012). *The Sources of Social Power, Volume 3: Global Empires and Revolution, 1890-1945*. Cambridge University Press.
- Newitt, M. (1981). *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*. C. Hurst & Co.
- Oliveira, J. N. de (1998). *A Imprensa Cabo-Verdiana*. Fundação Macau e Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Proença, M. C. (2009). *A questão colonial*. In M. F. Rollo & F. Rosas (coords.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 503-521). Tinta da China.
- Roberts, A. (1986). The imperial mind. In J. D. Fage & R. Oliver (Eds.), *The Cambridge History of Africa*, (ed. A. D. Roberts, vol. 7, *From 1905 to 1940*, pp. 24-76). Cambridge University Press.
- Rocha, I. (2000). *A Imprensa de Moçambique*. Edição Livros do Brasil.
- Rosas, F. & Rollo, M. F. (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta-da-China.
- Sanches, M. R. (2012). *Malhas que os Impérios Tecem — Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*. Edições 70.
- Silva, A. E. D. (2010). *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Almedina.
- Teixeira, N. S. (2013). As Chaves do Período. A. C. Pinto & N. G. Monteiro (dirs.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, (N. S. Teixeira (coord.), *A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, vol. 3, (pp. 21-29). Fundación Mapfre.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Círculo dos Leitores.
- Xavier, A. B. & Santos, C. M. (2007). Cultura Intelectual das Elites Coloniais. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 9-33.
- White, H. (1987). *The Content of the Form — Narrative, Discourse and Historical Representation*. The John Hopkins University Press.

Periódicos consultados

- Gazeta das Colónias*, Lisboa (1924-1926).
- A Colónia, hebdomadário republicano*, São Tomé e Príncipe (1923-1924).
- A Desafronta*, São Tomé e Príncipe (1924).
- A Província*, Angola (1914-1919).
- A Província de Angola* (1923-1926).
- A Voz da Guiné*, Guiné (1922).
- Ecos da Guiné*, Guiné (1920).
- Jornal de Benguela*, Angola (1918-1926).
- Jornal do Comércio*, Angola (1920-1922).
- O Combate*, São Tomé e Príncipe (1925).
- O Distrito de Benguela*, (1922-1924).
- O Jornal*, São Tomé e Príncipe (1922-23).
- O Modesto*, São Tomé e Príncipe (1920-1923).
- Pró-Guiné*, Guiné (1924).